

«Presentación de un monstruo renascentista: Viejo Mouro »

Fernando Machado Silva

Universidade de Évora

Studia Aurea 2 (2008)

Fecha de recepción: 10/04/2008, Fecha de publicación: 12/10/2008

<URL: <http://www.studiaaurea.com/articulo.php?id=79> >

O

A análise que agora apresentamos parte da nossa pesquisa sobre o monstro, não só tomando em conta a obra do filósofo José Gil (1994), mas, igualmente, a de dois outros filósofos, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, sobretudo alguns dos seus conceitos tais como *phármakon*¹ e *différance* (Derrida, 1997, s.d. e 2004), bem como o conceito de *regime semiótico* (Deleuze e Guattari, 1997).

De que modo surge o monstro que iremos analisar? Pensamos que o seu aparecimento representa, por um lado, o choque entre dois regimes semióticos² – ou forças que caracterizam os aspectos culturais, sociais, políticos, etc., de um povo – fazendo ele parte de um desses regimes e, por outro lado, representando-se sempre como um tropo linguístico.

Se o monstro, para José Gil, representa aquilo que é preciso negar para instaurar “o reino da representação” (1994: 67), é igualmente importante sublinhar o que Ieda Tucherman acrescenta:

O monstro teratológico do século XVI funciona também noutra direcção, no que se relaciona com o saber científico e que fala da grande transformação da ordem

¹ Conceito central do texto de Derrida, *A Farmácia de Platão* (1997) (originalmente editado no volume *Dissémination*), na qual o filósofo desconstrói a problemática voz/escrita presente no texto *Fedro* de Platão. *Phármakon*, como nos explica Derrida, tanto pode ser traduzido por *remédio* como *veneno*. Nesse sentido o *monstro* pode ser identificado como um *phármakon* do homem. Se, por um lado, o *monstro* representa o limite do qual não se deve transgredir – o seu corpo presentifica o horror das transgressões éticas, morais, religiosas, naturais – por outro lado, é visto muitas vezes como signo de catástrofes, doenças e perigos. É nessa dualidade, tendo à nossa frente o limite “remediando-nos” do mal enquanto nos contagia ou envenena com os seus signos, que o *monstro* pode ser entendido como *phármakon*.

² Para Deleuze e Guattari, um regime semiótico é um regime misto de várias semiologias, associado a um agenciamento de enunciação colectivo, representado por uma forma circular. Os vários regimes entrecruzam-se e estruturam a sociedade, da qual faz parte, por exemplo, um regime significante dos signos que se constitui como “qualquer formalização de expressão específica, pelo menos quando a expressão for linguística” vd. o capítulo 587 A.C. – 70 D.C. – *Sobre alguns regimes de signos* (1997, vol. II: 61-107).

cultural, quando esta abandona o mundo da similitude e da assinatura para a “Idade da Representação”. No lugar das relações de sentido hierarquizadas que o sistema de classificação medieval fornecia, criando redes de realidade e de sentido, a nova regra é que o objecto, por menor que seja, deve ser apreendido através da representação individualizada; a própria separação do objecto das suas redes de relação é a nova condição do conhecimento. (2004: 122)

O monstro que nos serve de exemplo será apresentado tendo em atenção três pontos, cada um deles partindo de um ou vários textos: 1) os sinais negativos ou do mal que gera o caos (vírus) que se vai introduzindo na ordem da narrativa; 2) a descrição do monstro e o tropo linguístico a ele associado, relevando aspectos como real/ficção, testemunho e conhecimento racional/empírico (experiência); e 3) o confronto de regimes semióticos.

1

Do conhecimento geral da literatura renascentista portuguesa, o monstro mais explorado é sem dúvida o *Adamastor* de Camões. Mas não é o único monstro que “habita” os textos literários devedores dos Descobrimentos. Existe um que, do nosso conhecimento, tem passado despercebido nos estudos literários. É o caso do “*Mouro Velho*” que iremos apresentar³.

Esta personagem surge em quatro crónicas, *O Primeiro cerco de Diu* de Lopo de Sousa Coutinho (1556, vol. I, Cap. 14), *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão de Castanheda (1561, Livro VIII, Cap. 124: 772-773), *Ásia, Década Quinta parte primeira* de Diogo do Couto (1612, Cap. 12: 118-126) e *Crónica de Dom João III* de Francisco d’Andrada (1613, IIIª parte, Cap. 42: 712-715); no poema épico, *O Primeiro cerco de Diu* (1589, Canto VIII, estrofes 59-69: 238-241) incluído no volume *Obras*, de Francisco d’Andrada; e em dois textos dramáticos, um de Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Comédia Eufrosina* (1543-

³ Existe, de facto, a referência deste monstro no artigo de 1998 de Hélio J. S. Alves, “The national epic: the rulers and the mutants”. Mas à parte disso, este monstro, por exemplo, não surge nas antologias que apresentavam ou tinham como tema os monstros, tais como Fontes da Costa, 2005 e Cesariny, 2004.

1555)⁴ e outro de Simão Machado, *Comédia de Diu* (1601, IIª parte, vv. 2810-2882: 241-244)⁵.

O que nos parece interessante neste Mouro é o seu poder semântico, o poder de impressionar bastantes autores, conseguindo fazer-se presente em crónicas, comédias e poemas épicos através apenas da sua apresentação pública e da aparente estranheza que se diz portador, tal como fez notar Paul Teyssier⁶ e Hélio Alves. Porque, realmente, é ele, na maior parte das suas aparições, que se dá como monstro através das suas palavras e do que outros dizem sobre ele, muitas vezes sem estarem presentes no momento em que o *Mouro Velho* se apresenta.

2

Em todas as crónicas, bem como no poema épico, o *Mouro Velho* surge após a tomada de Diu e a instauração de uma nova ordem. Esta ideia de restauro ou criação é bem visível em todo o capítulo 14 da crónica de Sousa Coutinho, na qual o governador envia “António da Silveira e Fernão de Sousa Távora, e com eles o secretário da Índia, João da Costa” (1989: 69) para arrecadarem tudo o que houvesse nas casas e fazendas do falecido sultão Badur. A nova ordem não surge, claro está, de modo pacífico. Após a guerra e o cuidar dos feridos e mortos, dá-se a pilhagem ao abrigo da lei e por essa razão falamos de instauração e nunca de restauração da ordem. Estamos perante a ordem e a lei dos vencedores, a qual será assaltada pela presença estranha de um monstro: “*Sendo tudo posto em ordem e a cidade mui pacífica, veio um mouro que na dita cidade vivia, de monstruosa idade (...)*” (*ibid.*: 71. Sublinhado nosso).

⁴ Não podemos ao certo dizer qual a data certa, já que a edição que consultámos nos dão estas duas referências, na p. 7 “Desde a sua publicação, em 1543, (...)”, e mais adiante, na p. 9, “Escreveu três comédias em prosa: a *Comédia Eufrosina*, em 1555, (...)”.

⁵ As datas que daqui em diante apresentamos indicam as edições por nós consultadas. Crónicas: Sousa Coutinho, 1989; Castanheda, 1979; Couto, 1974; Andrada, 1976. Poema épico: Andrada, 1852. Textos dramáticos: Machado, 1969; Vasconcelos, 1998. Procurámos ainda este Mouro Velho na obra de Gaspar Correia, autor do século XVI, mas não o encontramos, ou por distração, ou por não ser referido. A entrada de algum interesse para este tema surge na p. 715 e refere-se ao nascimento de um bebé monstruoso.

⁶ Machado, 1969: 241. “L’épisode du Maure âgé de 335 ans qui vient visiter Nuno da Cunha a beaucoup frappé les contemporains. Il est dans Sousa-Coutinho (I, chap. 14) et Francisco-d’Andrada (chant VIII), avec tous les détails pittoresque mentionnés par Simão Machado”. Tal como se pode ler nesta passagem, ficaram de fora todos os outros autores que igualmente se espantaram com o Mouro Velho e que Paul Teyssier não indica à data da reedição da comédia de Simão Machado.

Este “prelúdio” que antecede a chegada do *Mouro Velho* é visível em todas as crónicas por nós analisadas. Na obra de Fernão Lopes de Castanheda o mouro já não aparece quando o governador manda avaliar os tesouros do Sultão morto mas depois de construir a nova fortaleza de Diu, isto é, a reposição da ordem através da reconstrução (Castanheda, 1979: 772).

Pelo contrário, Francisco d’Andrada, na *Crónica de Dom João III*, segue quase *ipsis verbis* os argumentos e as palavras de Sousa Coutinho fazendo surgir o Mouro após a tomada de Diu. Só depois de “estas *cousas postas em ordem, e a cidade em paz e quietação*, [é que] se veyo apresentar ao governador hum mouro de *tão desacustumada e monstruosa idade para estes nossos tempos*” (1976: 712-713. Sublinhado nosso). Já na *Década Quinta da Ásia* de Diogo do Couto, o monstro é trazido ao governador algum tempo depois de este ter executado os acordos com Mir Mahemede Zaman, novo Rei de Cambaia, e depois de ter “reformado a fortaleza” (Couto, 1974: 123), ao invés de a construir de raiz, mas, uma vez mais, apresentando sinais de uma reformulação da ordem das coisas.

Parece-nos que não é de estranhar que após a renovação da “ordem” e o retorno da “paz e quietação” à cidade, sobre novas e estrangeiras orientações, apareça um elemento desestabilizador e inquietante para a razão. Dentro do campo de significação de que o monstro é portador, este mouro de “desacostumada e monstruosa idade” traz consigo os sinais de um peso histórico (de costumes, tradições, etc.) que terá de ser suportado pelos portugueses no decurso da sua ocupação em terras orientais.

No outro texto de Francisco d’Andrada, o *Mouro* aparece nos mesmos moldes, e ainda realizando uma leitura da obra de Sousa Coutinho, embora sujeito a uma apresentação mais extensa e detalhada. Contudo, em vez de apontarmos as semelhanças entre os textos destes dois autores neste ponto preciso, isto é, *a instauração da nova ordem* que ocupa, no Canto VIII, a quase totalidade das estrofes 1 à 58, o que seria extremamente excessivo para o caso, centramo-nos unicamente na aparição do monstro ao Governador Cunha:

Acabado isto assi de concertar-se
Em grão proveito assaz dos Lusitanos,
Posta a cidade em paz, sem receiar-se
De quaesquer sobressaltos, quaesquer danos,
Hum Mouro veio ao Cunha apresentar-se

De tão antiga idade e longos annos,
Que os que de novo a terra povoarão
Muito poucos nos annos o passarão
(Andrada, 1852, VIII, 59: 238).

No caso do texto de Simão Machado, o início da segunda parte da *Comédia de Dio* abre com uma conversa entre três soldados, Andrade, Teixeira e Azevedo que, enquanto esperam a chegada do Governador Cunha, se encontram mais interessados em relatar a morte do sultão Badur e de Manoel de Sousa do que, de forma detalhada, informar o público/leitor como a ordem está a ser reposta. É uma caricatura satírica do interesse dos soldados ante as coisas da ordem e da lei, mostrando desdém perante qualquer assunto que não sejam os relatos e narrações de feitos valorosos no calor da guerra (vd. Machado, 1969, vv 2602-2690: 229). Só mais adiante é que o *Mouro Velho* aparece, depois de, tal como em Sousa Coutinho, Andrada, Castanheda e Couto, ser mandada a ordem de se tomar posse dos tesouros (vd. Machado, 1969, vv 2799-2809: 240-241).

Mas, ao contrário dos outros autores, o Governador Cunha “atende”, antes do monstro, dois mouros que lhe oferecem as chaves da cidade e Cojosofar⁷, italiano defensor do islamismo, que lhe presta vassalagem de forma muito interessante e enfática:

Cojosofar	Aunque es la mercé que, señor, me hazes, como hallo que es, igual contigo mismo, con palabras no puedo encarecella, mas con obras espera de servilla, quiero dizer guardando, en quanto fuere este cuerpo del alma acompañado, aquella lealtad que guardar devo de quien tal beneficio ha recebido. Por Alá divino, juro aquí en tus manos, por cielos, por estrellas, por planetas y por la celeste monarchía toda, de ser siempre leal y fiel vassallo de tu rey y señor, y en su nombre esta ciudad de Dío que me entregas
-----------	---

⁷ Nos textos dos outros autores esta personagem aparece com o nome Coge Çofar.

Y quando en parte o todo esto faltare,
que las estrellas, cielos y planetas,
fuego, tierra, ayre, todo me persiga,
y en todo se muestren enemigos!
(Machado, 1969, vv 2777-2795: 239-240).

Diz Cojosofar que não será pela palavra que se verá a sua vassalagem, mas antes pelo corpo e pelas suas acções. Mas a história e as crónicas dizem-nos que ele se rebelou contra os portugueses e tentou retomar Diu para o lado dos muçulmanos. Ora, aqui estamos perante um *phármakon* jogando-se entre o poder da palavra e do corpo. Esta passagem mostra-nos, no nosso entender, uma visão clara dos portugueses em relação aos muçulmanos. Se fosse talvez um português a proferir essas afirmações, teria sido visto como um bravo, um valente combatente e de valorosas acções, mas como foi um muçulmano, um italiano possível traidor da santa fé, um pagão (e isso é legível na jura de Cojosofar, apelando a Alá, às estrelas, aos céus, aos planetas, etc.) e sabendo as futuras acções perpetradas por Cojosofar, não será levado a sério e, arriscamos dizer, nem mesmo a sua alma. Querera isto dizer que, enquanto vassalo de cristãos, tanto a sua alma como a sua palavra são levadas a sério e tidas como verdadeiras e, após a traição, nem uma nem a outra existem? Se assim for, para além de um *phármakon*, estamos igualmente perante o movimento do *bode emissário*⁸ de Deleuze e Guattari, pois enquanto Cojosofar for vassalo dos portugueses, com o centro do regime semiótico no Governador em franca representação de um significante supremo (o Rei ou o Deus católico), a traição do mouro implica o castigo da perda da alma e a sua linha de fuga ao regime.

Por fim, relativamente a este caso, é de relevar a diferença na linguagem entre as personagens. Os portugueses falam, obviamente, português, mas os mouros (tal como Cojosofar ou o *Mouro Velho*) falam espanhol com uma ou outra palavra portuguesa⁹. Se tivermos em conta que este texto foi escrito em 1601, isto é, em pleno reinado filipino, como podemos entender a presença das duas línguas? Pensamos que este texto escrito nestes moldes poderá indicar uma tomada de

⁸ Aquele que trai o regime significante através da desterritorialização do signo traçando uma linha de fuga e que poderá possibilitar a reterritorialização desse mesmo regime num outro lugar ou a criação de um outro e novo regime semiótico. vd. Deleuze e Guattari, *op. cit.*: 68 e ss.

⁹ Nos outros textos em que o Mouro Velho fala na primeira pessoa, expressa-se em português.

posição de uma língua e de um corpo (o dos portugueses em feitos corajosos) frente ao poderio espanhol, apresentando-se como um texto de literatura menor¹⁰. No texto de Simão Machado, os portugueses (o Bem) tomam uma cidade aos mouros (o Mal) e defendem-na de voltar às mãos opostas e, neste caso, a língua portuguesa toma o poder da outra e defende-se de ser retirada, representando uma situação inversa da que se vivia em terras lusas, na qual o poder falava maioritariamente o espanhol.

No outro texto dramático em análise, a *Comédia Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos¹¹, o mouro aparece por via duma carta enviada das Índias. Mas na mesma frase da epístola, com a data de vinte de Dezembro de 1536, damos conta da novidade desse monstro bem como, a ela associada, o prenúncio da desgraça sem mais demoras: “Desta terra, onde *dizem que se achou um homem dos anos de Nestor, (...) espera-se muita guerra*. Esta terra toda é muito boa, de grandes abastanças e riqueza. E os nossos Portugueses vivem cá mui desordenada e viciosamente, em tanto que dizem os naturais da terra que ganharam a Índia como cavaleiros esforçados e que a perderão como mercadores cobiçosos e viciosos” (Vasconcelos, 1998: 57-58. Sublinhado nosso).

Por que razão a apresentação do monstro se faz no exacto momento em que o autor da carta aponta, através do testemunho directo, o modo de vida dos portugueses em terras orientais? O comportamento desordeiro e vicioso dos portugueses oferece-nos, embora de forma encoberta, claros sinais da “doença” de que o monstro é portador, isto é, os signos do caos (desordem) e do mal (vício). Mesmo que não seja ele o agente provocador do comportamento vicioso, a sua presença tão próxima na frase por um processo metonímico de Ferreira de Vasconcelos, de certo modo contagia os portugueses. Para além de funcionar quase como que uma introdução, isto é, prepara a leitora da carta e os outros leitores/auditores para o que virá, este “homem dos anos de Nestor” é um sinal de um tempo em que a ordem não estava ainda estabelecida (pelo menos a boa ordem católica portuguesa). Fica assim como que justificada a má conduta portuguesa. Os portugueses não agem correctamente por uma má influência da

¹⁰ Deleuze e Guattari, 2003: 41-42. “As três categorias da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual com o imediato político, o agenciamento colectivo de enunciação. O mesmo será dizer que «menor» já não qualifica certas literaturas, mas as condições revolucionárias de qualquer literatura no seio daquela a que se chama grande (ou estabelecida)”.

¹¹ A única menção relativa ao monstro (Mouro) é a que abaixo transcrevemos. Não considerámos relevante a sua introdução no quadro em anexo.

própria terra “muito boa, de grandes abastanças e riqueza” que hospeda um homem de outro tempo, de um tempo fora do eixo da ordem católica. Assim, o *Mouro Velho* aparenta-se uma vez mais ao *phármakon*. O *Mouro Velho* torna-se na metáfora da má influência da terra, vem de fora e ataca o dentro dos portugueses e como tal tem de ser erradicado.

Mas também pode agir de outro modo. Foi a presença portuguesa numa terra estranha a eles que despertou no seio dela o mal, o monstro. Eles, que vieram de fora, atacaram o dentro daquela terra (a sua ordem, os seus campos sociais e económicos) e terão de ser eles a serem expulsos. Mas porquê? Porque o monstro é o veneno que muitas vezes deixamos solto a alastrar-se pela terra com as guerras e é, segundo algumas correntes de pensamento contemporâneo, como monstros que habitamos no mundo como a doença do planeta Terra; mas é com o monstro, fugindo dele, afastando-nos do limite que ele é, que nos tornamos cada vez mais humanos, logo, por oposição inconsciente, ele torna-se o remédio, talvez funcione como *différance* última. Neste caso, ao invés de se afastarem do limite, os portugueses aproximaram-se desse limite agindo com um comportamento vicioso, desordenado, talvez monstruoso para o padrão católico. Estes portugueses, assim descritos, tornaram-se igualmente monstros pelo veneno da guerra.

Ora, analisando mais atentamente, e como se pode observar no quadro em anexo, as discrepâncias nos relatos não são muito significativas. Podemos assim estabelecer aqui um outro quadro com as características do *Mouro Velho*:

Idade: entre trezentos e trinta e cinco e trezentos e quarenta anos;

Número de filhos e idade dos mesmos: dois, um de noventa e o outro de doze;

Transformação da barba: entre quatro e cinco vezes;

Queda e crescimento dos dentes: entre quatro e cinco vezes;

Origem: Bengala, reino de Cambaia;

Religião: foi gentio e era naquele tempo muçulmano;

Tença pedida ao governador: seiscentos reis (reais) por mês (Sousa Coutinho e Francisco d’Andrada, na *Crónica de Dom João III*), um cruzado e meio (Andrada n’*O Primeiro Cerco de Diu* e Diogo de Couto), um ducado e meio de ouro (Simão Machado), Fernão Lopes de Castanheda não faz qualquer alusão ao pedido de mesada.

Parece-nos necessário levantar algumas questões quanto ao número de filhos, a separação das idades e a importância que se dá às várias conversões religiosas:

1) Sousa Coutinho, Francisco d'Andrada e Diogo do Couto estão de acordo relativamente ao número e idade de seus dois filhos, embora Diogo do Couto faça notar que ele podia ter mais, deixando no ar uma indeterminação ("Tinha dous filhos, hum de noventa annos, e outro de doze; e teria outros muitos que lhe morreriam" (Couto, 1974: 124)). Quereria Diogo do Couto dizer que só estes dois sobreviveram? Teria ele mais, mas não queria dar a conhecer? Esta indeterminação quanto ao número de filhos é eliminada por Simão Machado, dizendo o Mouro que, realmente se casou muitas vezes e daí se geraram "hijos innumerables", mas naquele tempo já só tinha dois, "uno que es de noventa años / y otro que no bien doze llega" (Machado, 1969, vv 2847-2848: 243). Em Lopes de Castanheda o número de filhos não é determinado. Para este o relevante é o número de esposas, o que talvez apoie tanto a frase de Simão Machado como a de Diogo do Couto e confirma que também estes leram Castanheda. Se o *Mouro Velho* tinha setecentas mulheres, dois filhos seriam pouco, logo, possivelmente, "teria outros muitos que lhe morreriam".

2) No que respeita à distância de anos que separa a idade de cada um dos filhos, é interessante reparar que cada um deles marca um ponto no tempo abrindo o espaço que engloba todas as gerações indianas, todo o povo indiano, desde a inocente criança, que naquela altura já teria força para trabalhar e até pegar numa arma, passando por um espaço em branco onde se inserem os adolescentes e os homens adultos, isto é, toda a verdadeira força do trabalho e da guerra, e os sábios e respeitosos idosos. Cremos que este é o primeiro sinal da metáfora que representa este monstro (ele é uma figura de renovação presente somente na natureza), mas também sinal de sinédoque, já que ele e os seus filhos representam o povo indiano.

3) Ora, tendo o *Mouro Velho* sido gentio e tendo-se convertido à religião islâmica, como os autores referem, parece-nos que os três cronistas pretendem dar um sinal de direito à conquista e cristianização de Diu, isto é, o *Mouro* viu a chegada e conquista de Diu pelos muçulmanos. Logo, aquela cidade não pertence de direito aos mouros e pode ser tomada para o lado da verdadeira fé. O *Mouro* revela acima de tudo a confluência das várias religiões na Índia (paganismo,

islamismo e cristianismo), simboliza o movimento da história na Índia, como bem nos mostra Diogo do Couto¹².

3

Comparando os relatos, igualmente nos chamam a atenção algumas declarações. Uma, apontando-nos para a descrição física do *Mouro* e a sua (possível) monstruosidade, outra, que a rebate por completo. Sousa Coutinho diz que o mouro era "homem pequeno de estatura e de pouco saber" (Sousa Coutinho, 1989: 71). Francisco d'Andrada, tal como o seu precedente, descreve o *Mouro* como "pequeno de estatura e fraco de entendimento" (Andrada, 1976: 713) e "Humilde no saber e entendimento (...) d'estatura não muito crescido" (Andrada, 1852: 238). Simão Machado refere-o como de "presença venerável, ainda que no trage [*sic*] humilde e pobre" (Machado, 1969, vv 2810-2811: 241). Enquanto Diogo do Couto nos diz que ele era de "meã estatura, as pernas muito arcadas, bem assombrado" (Couto, 1974: 124) e Castanheda nada aponta. Mas nada disto nos afirma se o *Mouro Velho* é ou não um monstro. Castanheda, por exemplo, desmente completamente o suposto estado de aberração da natureza, mesmo se sustentado pelas vozes nativas dos nobres de Diu¹³, apoiando-se na análise racional do seu médico, como se lê nesta passagem: "E ho governador lhe mādou ver ho pulso por um medico, que lho achou muyto esforçado¹⁴, & no rosto & na fala homẽ de setenta annos, & tinha pouca barba & essa era preta (...)" (Castanheda, 1979: 773).

Esta descrença à volta da suposta monstruosidade do *Mouro Velho* é igualmente tida em conta por Simão Machado, como acima referimos. O Governador Cunha, depois de ter prestado atenção às palavras do *Mouro*, afirma

¹² Couto, 1974: 124. " (...) tinha naquela idade huma simplicidade espantosa, e com ella dava razão de muitas antiguidades, e alcançou ainda aquelle Reyno em poder de Gentios, pela conta que dava dos Reys Mouros, que todos nomeava com os annos que cada hum reinou".

¹³ Castanheda, 1979: 772-773. "E estão ho governador em Diu, vio cõ todos os fidalgos q ho acõpanhavão, hũ homẽ q dizia ser de trezêtos & quorêta annos, & assi ho affirmava el rey de Cãbaya, & todos os principaes de Diu (...)".

¹⁴ De acordo com os dicionários de Frei Domingos Vieira (1873, vol. III: 299) e do Padre Bluteau (1713, tomo III: 241), *esforçado* significava corajoso, animado, robusto. Enquanto *esforçar* poderia tanto significar "corroborar, dar mais força, expressão a alguma coisa, confirmando-a com razões, documentos, etc.", como "figuradamente: esforçar-se por ter mais ornatos que sólida riqueza; produzir mais cousas inúteis que úteis" (Vieira, 1873, vol. III: 300), ou até mesmo *confiar* (302). Entendemos este *esforçado* tomado figurativamente, isto é, não foi só o Mouro Velho corajoso mas dizia ter mais *ornatos* (idade, dentes, etc.) do que aquilo que aparentava.

mesmo que crer em tal coisa é uma ofensa: “Cousas tão espantosas me tens dito / que cudo que não crê-las não te agrava. / A crédito lhes dar a mi me offendo, / que sòmente são dinas de não cridas.” (Machado, 1969: 242). É, aliás, pertinente sublinhar a situação que o Governador coloca, para defesa, ao *Mouro*. Se o Governador não acreditar nas palavras do outro, não há nem agravo nem ofensa para com ele, mas, se acreditar, quem fica ofendido é o próprio Governador. Porque não ficaria agravado o *Mouro*? Não deveria ele ofender-se com a descrença do outro? Não é a palavra tida como ligação à alma e à verdade? Se a afirmação da monstruosidade fosse proferida por um católico teria o Governador acreditado? Ora, sendo este indiano muçulmano, as palavras do Governador caracterizam o(s) mouro(s) como falho(s) de alma, de veracidade e de bondade e, por essa razão, não haverá qualquer agravo se se não acreditar nas palavras do *Mouro Velho*, mas haverá ofensa no crédito que se lhes dá. Este poder de conceder a veracidade ou não às palavras, encontra-se fortemente presente na recepção que o Governador faz ao *Mouro Velho*. O Governador auto-intitula-se representante do rei português e, no mesmo gesto, próximo da divindade (o que revela o carácter representacional de um significante Supremo), pois apenas alguém divino a todos atende e a todos dá ouvidos: “Entre muy embora, / que o rey e o que em seu lugar assiste / a todos há de ouvir a todo o tempo” (Machado, 1969, vv 2812-2814: 241). Com esses argumentos, Cunha transforma as afirmações do *Mouro* em mentiras próprias do plano da ficção que, no âmbito do drama e no acordo ficcional entre acção cénica e espectadores, são tidas como verdades. Mas o Governador, enquanto personagem dramática e histórica (inspirada na história), põe em causa não só a verdade da monstruosidade como, talvez o facto mais importante, a própria ficcionalidade do drama.

Este passo revela, no nosso entender, outro modo de apresentar o *phármakon* que este monstro é. Este *Mouro* é monstro apenas pela sua afirmação e testemunhos dos da sua própria terra¹⁵, não existe qualquer sinal de monstruosidade que o aproxime dos outros monstros relatados nas crónicas de viagens (dos eruditos a Mandeville). O seu retrato lembra, em tudo, os faquires e gurus indianos. Assim sendo, como pode ele ser monstro? Por um lado, nós tomamo-lo como monstro (mais adiante iremos argumentar a nossa afirmação) e as fontes indicam o mesmo. Por outro lado, este texto é uma comédia e a

¹⁵ Machado, 1969, vv 2838-2842: 242-243. “Pues por Alá, señor, que no te digo / cosa que de verdad agena sea. / Que hartos testigos dello en Díó tengo, / quiero decir personas que han oýdo / lo mismo que te digo a sus passados”.

personagem do *Mouro Velho* age como caricatura (no caso particular do texto de Machado), e mais fortemente como sinédoque (em geral, isto é, pensando todos os textos analisados, como mais adiante veremos, embora se revele igualmente como metáfora da força rejuvenescedora da natureza e de um povo), de todos os pobres e mendigos que pedem apoio e sustento à governação portuguesa. Por essa razão, a monstruosidade do *Mouro Velho* pode ser tomada como um gesto, ou momento, marcadamente cómico, de ficção e de mentira. O *Mouro*, para o Governador, mente com quantos dentes tem (e eles estão sempre a crescer, segundo as palavras do próprio mouro), aproveitando-se da sua condição física e da sua idade, alegando a monstruosidade, o que provoca não só a incredulidade do Governador e o riso do público, como, também, a sarcástica afirmação de Cunha: “Terás de filhos número infinito” (Machado, 1969, vv 2843: 243). Ou, no momento em que o *Mouro Velho* sai e entra António da Sylveira, estas sentenças de total descrédito:

A. da Silveira Deste mouro que sae lá na cidade
 ouvi cousas que devem não ser cridas.
Governador Pois todas me affirmou serem verdade.
A. da Silveira Por tais estão em Dio recebidas.
Governador Que neste tempo há hi tão larga idade?..
A. da Silveira Monstruosidades são jamais ouvidas.
 Sòmente tem de humana natureza
 o viver sempre em miséria e pobreza.
 (Machado: 1969, vv 2875-2882: 244).

Pensamos, portanto, que este *Mouro* é um *phármakon*, pois no contexto da comédia de Machado ele é uma caricatura, um boneco, um homem mentiroso, o exagero personificado de uma característica presente em todos os muçulmanos (a mentira), mas tendo em conta todos os textos em que surge, ele é de facto um monstro. Mas contra a incredulidade de Fernão Lopes de Castanheda e a de Simão Machado encontramos as vozes de Sousa Coutinho, Francisco d’Andrada e Diogo do Couto. De facto, tanto Coutinho, como Andrada e Couto, afirmam que este *Mouro* é de facto um monstro. N’*O Primeiro cerco de Diu*, Coutinho diz que: “veio um mouro que na dita cidade viva, de *monstruosa* idade para tempo em que Matusalém e Noé eram passados” (Coutinho, 1989: 71). Também na *Crónica de Dom João III* Andrada usa mesmo a palavra “monstruosa”. Escreve ele: “hum mouro de tão desacustumada e *monstruosa* idade para estes nossos tempos, que se isto não fora

autenticado com muitas testemunhas dignas de fé que o virão por seus próprios olhos, se devesse escrever com grandíssimo receyo, mas o credito das pessoas que o affirmão por verdade, dá confiança para não se passar com silencio por huma cousa nova e tão estranha (...)” (1976: 713). Aqui cremos necessário realçar a forma como Andrada tenta tornar crível, para o leitor, a possibilidade do monstro, já que uma crónica, que tem como função realizar um relato histórico verídico, pode dar lugar à ficção, e a existência de um monstro seria essa mesma abertura à ficção e à imaginação. Por essa mesma razão, Andrada afirma que a veracidade do que dirá do monstruoso mouro é *autenticada por testemunhas dignas de fé*, que o silêncio que deveria manter sobre um caso tão estranho é quebrado pelo número de pessoas que lhe dão *credito na afirmação*, o mesmo será dizer, autenticada por Lopo de Sousa Coutinho, ao contrário da afirmação do *Mouro* ao Governador no texto de Simão Machado (vd. nota de rodapé anterior).

A experiência de testemunhar uma coisa nova torna essa novidade singular não tanto pelo número de testemunhas que a presenciam mas antes pelo silêncio que se guarda. A experiência do testemunho pede silêncio sobre si para continuar a ser testemunho. Esse silêncio deveria impedir a possibilidade de ser escrito, de vir a público. Todavia, por mais único que seja, por mais indizível e impartilhável, o próprio testemunho invoca o domínio público para ser credível, e a literatura, através da sua difusão, seria o espaço por excelência para potenciar essa verdade (neste caso, o testemunho do monstro). No esforço de Andrada tornar o monstro verdadeiro, invocando o testemunho de várias pessoas cuja palavra é assegurada por uma força impugnável (“testemunhas dignas de fé”), tal como Sousa Coutinho que travou as batalhas de Diu e sobreviveu para contá-las, não é suficiente para que o leitor seja contagiado pela ficção, nem mesmo introduzindo o monstro no espaço da verdade histórica da crónica.

No seu poema épico sobre a conquista de Diu, Francisco d’Andrada justifica a presença do monstro de modo mais eficaz, não só por ser introduzido num campo da verdade ao qual o monstro não é estranho (poesia épica), mas também por uma melhor argumentação liberta da responsabilidade e da veracidade histórica e profana da crónica. É incrível, por exemplo, na estrofe 61 do Canto VIII, a justificação da idade do *Mouro*, dizendo que em Diu há provas suficientes para comprovarem a verdade e afastando a fantasia sobre tal longevidade: “Esta idade tão larga e monstruosa / Que quiçá crer-se agora mal merece, / Se provou que não era fabulosa, / E por tal dentro em Diu se conhece” (1852: 238). Assim dito, o

Mouro é monstro por outras razões e mais espantosas: "Porém inda outra mór mais espantosa / Monstruosidade aqui se me offerece, / Se acaso a natureza a tõe mais rára / Em tempo que he dos annos tão avára" (238). E o mesmo nos diz Diogo do Couto: "Esta *renovação da natureza* não lemos em escritura alguma, que ella fizesse em algum outro homem; porque Adão, que viveo novecentos e trinta annos, e seu filho Seth novecentos e doze; Cão novecentos e dez; Noé, e outros patriarcas setecentos, seiscentos, mais, e menos, como temos na Escritura Divina, não achamos que vivessem senão via ordinaria da natureza, sem aquella *renovação*, e *reformação*" (Couto, 1974: 124. Sublinhado nosso)¹⁶. Parece-nos interessante sublinhar o uso da palavra *reformação* em Couto, e também em Andrada. Depois da *reformação da fortaleza* (não há reconstrução), surge uma *reformação da natureza*. Quase que dá a entender que, depois da reformação de um símbolo da ordem e da cultura aparece, como contraponto, o símbolo da reformação do homem enquanto ser da natureza.

Realmente, a monstruosidade do *Mouro* não é rara se pensarmos em algumas certezas (não diríamos factos) da religião judaico-cristã. Tem-se como verdade, através da Bíblia, que certos patriarcas das tribos judaicas ultrapassaram em muitos anos a idade deste *Mouro*. Mas de facto é raro encontrar-se uma pessoa que seja que alcance tamanha velhice. Daí a avareza da natureza, porque a Natureza já não permite ao homem sobreviver tantos anos. Num sentido contrário, para Simão Machado a avareza vem da fortuna e não da natureza:

Mouro	Yo soy, señor, un hombre a quien fortuna se mostró tan <i>avara quanto pródiga</i> de otra parte me fue naturaleza (...) Y en esta edad naturaleza effetos espantables en mí ha hecho (...) Esta monstruosidad jamás oýda, esta reformación tan espantable que quizo en mí hazer naturaleza (...) (Machado, 1969, vv 2815-2817, 2827-2828 e 2849-2851: 241, 242, 243).
-------	---

¹⁶ Encontramos este argumento, de forma menos detalhada em nomes, em Sousa Coutinho. vd. Anexo I.

Contudo, somos forçados a perguntar, que raridade se encerra neste monstro? A monstruosidade do *Mouro* “nenhum tempo mostrou” e Andrada nota que sobre este assunto se devia calar em prol do rigor do poema, mas a presença e a veracidade do monstro estão para além do controlo de Andrada¹⁷. Esta incapacidade de fugir à inclusão do *Mouro Velho* no seu poema deve, pensamos nós, a duas razões: 1) havia demasiadas testemunhas fidedignas que diziam ter visto o dito monstro, e 2) acima de tudo, uma tão valente e brava que combateu, presenciou todas as mortandades e bravuras e que sobre elas escreveu (falamos, claro está, de Lopo de Sousa Coutinho, pai de Manuel de Sousa Coutinho, esse “ninguém” que foi Frei Luís de Sousa, de acordo com o que é dito no posfácio).

Para Andrada e Diogo do Couto, acima de tudo, a monstruosidade do *Mouro* é devida a uma e única particularidade: a *renovação*, isto é, a capacidade de recuperar o que está perdido e tornar novo, tal como os dentes e a barba. Mas, todavia, é com esta qualidade que o autor d’*O Primeiro cerco de Diu* teme que o tomem por mentiroso¹⁸ e, no entanto, na estrofe 65 do Canto VIII não se escusa de afirmar e dar a sua opinião sobre o monstro: “Esta monstruosidade, nunca ouvida¹⁹, / Esta *reformaçãõ da natureza*, / A este foi neste tempo concedida / A voltas d’huã estreita alta pobreza; / Porque pensamos ver que a longa vida, / Que tanto a imiga carne estima e preza, / Não serve emfim de mais que ser materia, / De dar vida e trabalhos, e a miseria” (1852: 240. Sublinhado nosso). Por que razão a natureza possibilita apenas a reformação da barba e dos dentes? O sopro da vida mantém e sustém o *Mouro*, mas a carne é inimiga de uma vida plena sem desgraças. A carne, por ser física e térrea, não deixa passar em claro as dificuldades. Ela é a matéria onde a miséria se marca, se escreve, dá provas de uma vida de maus costumes, de tristezas, de fome, de atrocidades, etc. Por outro lado, a barba, mais que os dentes (neste caso pensamos que os dentes não são mais que um suplemento de estranheza para melhor caracterizar a monstruosidade do *Mouro Velho*), assinala a presença de um espírito de conhecimento, de saber, que ao longo dos anos vai crescendo e reformulando-se, renovando-se.

¹⁷ Andrada, 1852: 239. “Nenhum tempo mostrou o que esta minha / Historia neste Mouro aqui apresenta / (...) Bem vejo que calar isto convinha / Para o que com rigor tudo attenta, / Mas este, se não crer isto que digo, / Haja-o lá com a fama, e não comigo”.

¹⁸ *Ibid.*: 239. “Affirma-se tambem (vou com receio / D’escrupulosas línguas maldizentes) / Que quatro ou cinco vezes neste meio / Lhe dera a natureza novos dentes”.

¹⁹ Nenhum monstro de figura humana se renova como este Mouro Velho, por isso é uma monstruosidade nunca ouvida.

Mas existe um outro sinal da monstruosidade, embora menos evidente, neste *Mouro*. Não se trata do facto de ele ser um habitante do Oriente, espaço por excelência da monstruosidade (vd. Gil, 1994), nem de representar o povo colonizado pelos portugueses, mas aquilo que é comum a todos os “monstros”²⁰ na poesia épica, tal como David Quint nos mostra no terceiro capítulo de *Epic and Empire*:

The tradition of the epic curse properly begins when blinded Cyclops Polyphemus cries out to his father Poseidon for vengeance upon Odysseus at the end of Book 9 of the *Odyssey*. His curse concludes an episode that has been recognized and well interpreted by modern critics, most notably Horkheimer and Adorno, as a colonialist encounter between a «superior», civilized Greek and an underdeveloped barbarian (Quint, 1993: 106-107).

Na quase totalidade das epopeias, após o confronto entre os “monstros” e os protagonistas, normalmente o primeiro tem ainda uma última acção que comprometerá o desenrolar da viagem do herói. Protegido ou não por uma qualquer divindade, o “monstro” tem a última palavra através de uma maldição que não só marca o destino do vencedor, como também dará “corpo” à história do vencido:

The winner’s epics, equating power with the power to narrate, suggest that they have no story at all. Yet these poems also project for the defeated ghostly narratives, as prophetic in their way as the future vistas of imperial destiny that the epic offers to the victors. These rival narratives of the losers, (...), fail as *narratives*, and the characters who give utterance to them – the red man, the monster, the Eastern Woman, the monster who is also the black man – provide a catalogue of types of the colonized «other» into which the imperial epic turns the vanquished. They and their stories can, (...), be finally assimilated with the forces of nature that the victorious builders of empire and history strive to overcome. Nonetheless, these voices of resistance receive a hearing, as the epic poem acknowledges, intermittently, alternative accounts vying with its own official version of history: they are the bad conscience of the poem that simultaneously writes them in and out of its fiction. (*Ibid*: 99).

Nas estrofes 66 a 69 do Canto VIII, d’*O Primeiro cerco de Diu* de Andrada, encontramos o pedido da tença por parte do *Mouro Velho* ao grão Cunha, novo

²⁰ Colocámos o conceito monstro entre aspas porque nem sempre ele é um ser fantástico e teratológico.

governador de Diu. Diz-nos que chegou àquela terra há cem anos e de lá nunca mais saiu, que sempre encontrou bondade (“bom rosto”) para com ele do lado dos mouros e do Sultão agora morto e que dele, como dos antigos reis, sempre recebeu um cruzado e meio para sobreviver. Mas mais do que um pedido, que o *Mouro Velho* fez ao Sultão falecido, essa contribuição de um cruzado e meio era uma obrigação vinda do Céu, sentença que apenas encontramos neste autor: “Cada mez hum cruzado e meio dava / A estes cansados annos, e eu confio / Que este bem lá no Ceo se lhe apresente / e receba lá a paga eternamente. // Obrigou-o a fazer isto que digo / Ver que os passados Reis isto fizerão, / Pois perdeu esta terra o seu antigo / Rei, e os fados a ti t’a concederão” (1852: 241).

O grão Cunha não pode fugir à mesma obrigação, mesmo se nos parece que o *Mouro* pede a continuidade da tença, porque a conquista é devida, mais do que à “fúria brava” dos portugueses, a uma concessão dos fados. Se o governador não respeitar esta graça incorrerá em castigo e será amaldiçoado, isto é, perderá a terra concedida. Não é a um *Mouro Velho* que o grão Cunha paga uma tença. No sentido de manter a ordem daquela terra, Portugal (representado pelo corpo do governador Cunha) arca com o peso de toda uma tradição mais velha que a sua própria (representado pelo corpo do *Mouro Velho*). Para se manter incólume em terras que não são suas, terá que se sujeitar a modos e costumes que não são os seus afim de continuar nas graças dos fados (“Não sejas a esta idade tu só imigo, / Dá-me o que os outros Reis sempre me derão”) (1852: 241).

4

No seu artigo, *Africa and the Epic Imagination of Camões* (2002), Blackmore distingue uma diferença no uso da figura do Mouro na literatura concebida em Portugal e nos outros países. O Mouro da lusa literatura, no seu entender:

(...) widens the semantic range of this label to include the inhabitants of sub-Saharan Africa and even India. Such a wide applicability elevates the Moor above standard binary opposition of European/non-European (although this is present as well). A Moor is the symbolic or figural representation of a process of negotiating strange and alien landscapes (geographic, perceptual, discursive), of adjusting epistemological systems to accommodate such landscapes, and of historicizing this process narratively (Blackmore, 2002: 112).

Queremos prestar uma atenção especial ao último parágrafo, antes de finalizar esta apresentação, pois revela-nos em parte a moldura onde o *Mouro Velho* se desenha, sublinhando os conceitos expostos por Blackmore, tais como o *processo de negociação*, o *ajuste de sistemas epistemológicos* e a *historicização por processos narrativos*.

O que é, afinal, este *Mouro Velho*? O que nos diz, ou melhor, que diz o seu velho e cansado corpo, que estranhamente se renova? Tomemos a paisagem indiana em consideração, essa paisagem que afecta todos os sentidos na sua percepção, as suas fortes e garridas cores, os cheiros embriagantes, a sua deslumbrante vegetação partilhando com os seus habitantes a aridez, a seca, a rudeza da temperatura, o peso da humidade, a ostentação da riqueza a par da pobre fome; e estendamos sobre essa paisagem, tal como se estende um longo pano de seda ao sol no chão, o corpo do *Mouro Velho*. É sobre esse corpo que se faz a dita negociação, o ajuste, a historicização. Textualmente este monstro “encarna” –já não apenas figurativamente mas, arriscamos dizê-lo, um literal limite da narrativa, a redução de uma pluralidade a uma *singularidade* deleuzo-guattariana, isto é, um mundo possível, um rosto, algumas palavras²¹– um país no pequeno espaço de um corpo. Um corpo colectivo que permite a coabitação dos portugueses desde que estes respeitem as tradições. Esta é, arriscamos igualmente dizer, a grande originalidade deste desconhecido monstro da literatura portuguesa quando colocado lado a lado com o famoso *Adamastor*.

Resumindo, cremos que o *Mouro Velho* representa a História de uma Índia pré-cristã, um Oriente pré-ocupação portuguesa, com as suas tradições e costumes (o *Mouro* passou por todas as mudanças religiosas, sabe o nome de todos os reis). Um espaço geográfico e um povo com uma história e cultura longas que os portugueses devem respeitar e manter, pois o contrário será a perdição dos estrangeiros (este monstro traz o poder de lançar uma maldição sobre o seu opositor caso este o traia). O *Mouro* tem uma figura monstruosa porque a própria história de um povo, ou mesmo a vida de um só corpo, é monstruosa, absurda, incompreensível, impossível de se abarcar em toda a sua totalidade de forma racional. À parte todos estes sinais, este monstro não tem igual em toda a literatura do século XVI e XVII, bem como em todas as outras epopeias. Nenhum antes deste se renovava, e também não existem documentos (crónicas e outros

²¹ Deleuze e Guattari: 1992.

textos literários) que falem da sua morte. Mesmo o único autor português que a isso se referiu, Diogo do Couto, não a determina: “Viveo este homem até o anno de quarenta e sete, porque ainda em tempo do Governador D. João de Castro, depois do cerco de Dio, de seu tempo o viram naquella Ilha, e não soubemos de sua morte, nem pudemos achar pessoas que nos dissessem della” (Couto, 1974: 125). Não morreu porque o “povo indiano” continuou vivo depois de todas as ocupações.

Pensamos que neste *Mouro Velho* tudo indica a monstruosidade, tal como a sua condição extranatural de renovação física mais próxima dos seres divinos do que dos humanos, a sua longa idade e memória²² semelhante aos homens antediluvianos (lembramo-nos dos grandes patriarcas bíblicos). Mas o seu aspecto físico humano ilude a sua génese teratológica, mostrando-se apenas como um velho indiano com a sua longa barba de sabedoria mendigando pela sua vida. Como *phármakon*, o *Mouro Velho*, enquanto personagem, tanto é usado como sinédoque ou metonímia dos pedintes e motivo de riso (Simão Machado), como se torna metáfora de algo mais (Francisco d’Andrada). Assim, dando-se no intermédio entre o monstro e o homem, o *Mouro Velho*, por sinédoque, apresenta-se como a nação indiana, nas suas variações e coabitações religiosas, a sua longa história, cultura e tradições. Confronta-se um regime semiótico, o forte branco europeu culturalmente “superior”, com um outro, o dominado e fisicamente fraco indiano culturalmente “inferior” que, embora com longas raízes que renovam a sua árvore genealógica, não tem poder –senão virtual (lembramo-nos da tença, isto é, cede-se temporariamente o poder em troca de outra coisa que a qualquer momento pode ser retomado)– para governar a sua fracturada e heterogénea terra de direito.

²² A referência à sua memória está presente em Diogo do Couto e Simão Machado, como se pode ver no anexo.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Hélio J. S., "The national epic: the rulers and the mutants", *Memory, History and Critique: European Identity at the Millenium. Proccedings of the Fifth Conference of the International Society for the Study of European Ideas*, Frank Brinkhuis & Sascha Talmor, eds., Utrecht, University for Humanist Studies, (CD-ROM), 1998.

Andrada, Francisco d', *O Primeiro cerco de Diu, Obras*, Lisboa, Escritório da Biblioteca Portuguesa, 2ª edição (1589), 1852.

Crónica de Dom João III, terceira parte, Porto, Lello & Irmãos Editores, col. Tesouros da Literatura, 2ª edição (1613), 1976.

Blackmore, Josiah, "Africa and the Epic Imagination of Camões" *Portuguese Literary & Cultural Studies, Post-Imperial Camões*, 9, (2002), Center for Portuguese Studies and Culture University of Massachusetts Dartmouth, 107-115.

Bluteau, Padre D. Raphael, *Vocabulário Portuguez, e Latino*, Coimbra, Real Collegio das artes da Companhia de Jesus, 1713.

Castanheda, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmãos Editores, col. Tesouros da Literatura e da História, 2ª edição (1561), 1979.

Cesariny, Mário, *Horta de Literatura de Cordel O continente submerso, o grande teatro do mundo, os sobreviventes do dilúvio, monstros nacionais, monstros estrangeiros*, Lisboa, Assírio & Alvim, col. Amadis, 2ª edição (1983), 2004.

Correia, Gaspar, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmãos Editores, col. Tesouros da Literatura e da História, 2ª edição (1864), vol. IV, 1975.

Couto, Diogo do, *Asia, Década Quinta parte primeira*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 3ª edição (1612, 1779), 1974.

Coutinho, Lopo de Sousa, *O primeiro cerco de Diu*, Lisboa, Publicações Alfa, col. Biblioteca da Expansão Portuguesa, (1556), 1989.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix *O que é a Filosofia?*, Margarida Barahona e António Guerreiro, trads., Lisboa, Editorial Presença, col. Biblioteca de textos universitários, 1992, *Mil Platôs*, AAVV (trad.), São Paulo, Editora 34, col. Trans, (1995-1997), 1997.

Derrida, Jacques, *As Margens da Filosofia*, Porto, Rés Editora, 1972.

A Farmácia de Platão, Rogério da Costa, trad., São Paulo, Iluminuras, col. Biblioteca Pólen, 2ª edição, 1997.

Gramatologia, São Paulo, Editora Perspectiva, col. Estudos, 2ª edição, 2004.

Fontes Da Costa, Palmira, *O Corpo Insólito: Dissertação sobre os monstros no Portugal do século XVIII*, Lisboa, Porto Editora, col. Ciência e Iluminismo, 2005.

Gil, José, *Monstros*, José Luís Luna, trad., Lisboa, Quetzal Editores, 1994.

Machado, Simão, *Comédia de Dio*, Paul Teyssier, introdução e comentário, Roma, Edizioni dell'Ateneo, 2ª edição (1601), 1969.

Quint, David, *Epic and Empire: politics and generic form from Virgil to Milton*, New Jersey, Princeton University Press, 1993.

Tucherman, Ieda, *Breve História do corpo e de seus monstros*, Lisboa, Nova Vega, col. Passagens, 2ª edição (s.d.), 2004.

Vasconcelos, Jorge Ferreira de, *Comédia Eufrosina*, Lisboa, Colibri, col. Colibri Teatro, 2ª edição (1543-1555), 1998.

Vieira, Dr. Fr. Domingos, *Thesouro da Língua Portuguesa*, Porto, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, eds., 1873.

ANEXO

Autor/Título da Obra/data	Idade	Descendência	Sinal da Monstruosidade	Aspectos físicos e religiosos	Narração, comentários e outros
<p>Lopo de Sousa Coutinho</p> <p><i>O Primeiro cerco de Diu (1556)</i></p>	<p>" (...) sua idade diziam ser então trezentos e trinta e cinco anos; sabia-se ser ele de muita idade por muitas razões; à uma, diziam homens da dita cidade honrados e de crer e antigos que, sendo moços ouviram dizer a seus pais que tinham aprendido de seus avós ser este mui velho;" (71)</p>	<p>" (...) tinha um filho de noventa anos e outro de doze;" (72)</p>	<p>" (...) também se afirmava serem-lhe mudados os dentes já quatro ou cinco vezes e outras tantas tornados a nascer, e a barba, pela mesma maneira, co-mo se lhe acabava de fazer branca de todo, começava-se-lhe a fazer preta até ser de todo." (72)</p>	<p>"Este mouro era de nação bengala, fora gentio, homem pequeno de estatura e de pouco saber" (71)</p>	<p>" (...) veio um mouro que na dita cidade viva, de monstruosa idade para tempo em que Matusalém e Noé eram passados, e disse ao governador que em cem anos que havia que viera para aquela cidade sempre dos senhores dela tivera ajuda para sustentar seus longos anos e que o sultão que ora morrera, pela mesma razão, lhe dava seiscentos reais cada mês para a sua mantença; e que, pois a cidade era passada a ele, governador, lhe pedia, pois tinha posse de cem anos, lhe não tirasse a esmola. O governador lha concedeu." (71)</p> <p>" (...) à outra, que não sabendo ler nem escrever, das coisas antigas daquele reino e doutros em que se achou dava conta concertada e verdadeira sem discrepar das crônicas escritas dos tais acontecimentos;" (71-72)</p> <p>"Esta monstruosidade e reformação da natureza lhe foi dada a voltas de muita pobreza, para que sentisse que a longa vida de nós tão desejada a</p>

					muitos não aproveita para mais que pedir esmola, alegando com ela como algum notável aleijão.” (72)
<p>Fernão Lopes de Castanheda</p> <p><i>História do Descobrimento (1561)</i></p>	<p>“E estão ho governador em Diu, vio cõ todos os fidalgos q ho acõpanhavão, hũ homẽ q dizia ser de trezêtos & quorêta annos, & assi ho affirmava el rey de Cãbaya, & todos os principaes de Diu (...)” (772-773)</p>	<p>“E q tevera setecentas mulheres” (não há qualquer comentário acerca dos seus dois filhos) (773)</p>	<p>“& por tâtas vezes [quatro] lhe cayrão os dentes, & lhe tornarão a nacer” (773)</p> <p>“Dizia que quatro vezes se lhe pelarão os cabelos brãcos, & outras tantas lhe tornarão a nacer pretos” (773)</p>	<p>“ (...) era de nação Bẽgala, de casta de gêtios, & avia muyto que se tornara mouro.” (773)</p>	<p>(O mouro não pede a esmola mensal ao governador, todavia fala com ele: “ (...) & lêbravase ser toda Cãbaya de gentios, & não aver povoação em Diu.”. <i>Existe também neste texto um momento curioso, de pura descrença nas palavras do mouro, por parte do governador:</i> “ E ho governador lhe mandou ver ho pulso por hum medico, que lho achou muyto esforçado, & no rosto & na fala homẽ de setenta annos, & tinha pouca barba & essa preta,” (773)</p>
<p>Francisco d’Andrade</p> <p><i>O Primeiro Cerco de Diu in Obras (1589)</i></p>	<p>“Hum Mouro veio ao Cunha apresentar-se / De tão antiga idade e longos annos, / Que os que de novo a terra povoarão / Muitos poucos nos annos o pássarão // Nesta mesma Cidade o seu assento / Tinha este então, e</p>	<p>“Porque de sós dous filhos que elle tinha / Tinha doze annos hum, outro noventa.” (239)</p>	<p>“Affirma-se tambem (vou com receio / D’escrupulosas línguas mal-dizentes) / Que quatro ou cinco vezes neste meio / Lhe dera a natureza novos dentes.” (239)</p> <p>“Dizem que aquella barba que se via / O antigo rosto então estar-lhe ornado / Quatro vezes ou</p>	<p>“Humilde no saber e entendimento / Que na seita gentílica já creira. / No Reino de Bengala foi nascido / E d’estatura não muito crescido.” (238)</p>	<p>“Diante do grão Cunha o Mouro posto / A língua desatou logo dest’arte: / Senhor, cem annos ha que deste posto / Mudança nunca fiz para outra parte, / Sempre em todo este tempo achei bom rosto / (Co-mo na terra pódes informar-te) / Nos Reis que antes aqui senhorearão, / Sempre a passar a vida me ajudarão // O Sultão, (...) / Cada mez hum cruzado e meio dava/ A estes cansados annos, e eu confio / Que este bem lá no Ceo se lhe apresente /</p>

	<p>muito antes tivera, / Sua idade tres vezes annos cento / Sobre mais trinta e cinco affirmão que era." (238)</p>		<p>cinco, se sabia / Que em branca e preta a côr fôra alterando: / Sendo branca de todo, de novo hia / Pouco a pouco hũa negra côr tomando, / E sendo toda negra se mudava, / E pouco a pouco em branca se tornava." (239)</p>		<p>E receba lá a paga eternamente. // Obrigou-o a fazer isto que eu digo / Ver que os passados Reis isto fizêrão, / Pois que perdeo esta terra o seu antigo / Rei, e os fados a ti t'a concederão, / Não sejas a esta idade tu só imigo, / Dá-me o que os outros Reis sempre me derão / A tão cansada idade sempre humanos, / Valha-me nisto a posse de cem annos. // Vendo o governador tão longa idade / Que as antigas idades quasi excede, / E apoz isso a miséria, a pouquidade / Que para sustentar-se então lhe pede / Com grande espanto assaz, grãa piedade / De tão pobre velhice, lh'ó concede. / Parte-se tão contente o pobre Mouro / Como o que tõe achado hum grão thesouro." (240-241)</p>
<p>Simão Machado Comédia de Diu (1601)</p>	<p>"<i>Mouro</i> (...) Y son los de mi edad por buena cuenta / trezientos com más treinta y cinco encima. / Y tanto ha que soy nacido al mundo." (242)</p> <p>"<i>Governador</i> Cousas tão espantosas me tens dito / que</p>	<p>"<i>Governador</i> Terás de filhos número infinito. // <i>Mouro</i> Casado fuy, señor por muchas vezes. / Hijos innumerables he tenido. / Mas ya de todos ellos solamente / tengo dos: uno de noventa años / y otro que no bien a doze</p>	<p>"<i>Mouro</i> Y en esta edad naturaleza / effetos espantables en mí a hecho: / quatro vezes los dientes he perdido / y otras tantas de nuevo he cobrado; / las mismas esta barba cana y blanca / se ha de negra en cana convertido, / y las propias de cana en negra buelto." (242)</p>	<p>"<i>Pagem</i> Hum mouro de presença venerável, ainda que no trage humilde e pobre, pede entrada." (241)</p> <p>"Nacido fuy, señor, dentro en Cambaya. / Cien años avrá o más que en Dío habito." (242)</p>	<p>"<i>Mouro</i> Yo soy, señor, un hombre a quien fortuna / se mostró tan avara quanto pródiga / de otra parte me fue la naturaleza. / Una me hizo tan falto de riquezas / como la otra de años abundante, / ansí que soy más pobre que los pobres, / juntamente más viejo que los viejos." (241-242)</p> <p>"<i>Mouro</i> Esta monstruosidad jamás oýda, / esta reformación tan espantable / que quizo en mí hacer naturaleza / fue como ya,</p>

	<p>cudo que não crês-las não te agrava. / A crédito lhes dar a mi me offendo, / que somente são dinas de não cridas. // <i>Mouro</i> Pues por Alá, señor, que no te digo / cosa que de verdad agena sea. / Que hartos testigos del-lo en Dío tengo, / quiero dezir personas que han oýdo / lo mismo que te digo a sus passados." (242-243)</p>	<p>llega." (243)</p>			<p>señor, te tengo dicho, / de otra igual miseria acompañada, / y tanto que los reyes desta ciudad, / de la edad tan larga condolidos, / cada mes un ducado y medio d'oro / me concedieron para mi sustento. / Lo mismo te piedo a ti, pues nella aora / en nombre de tu rey te obedecen, / me concedas también, para que pueda / sustentar este cuerpo que sustenta / tan prolixa y cançada carga d'años. //</p> <p><i>Governdor</i> Assás se mostra em ti a vida larga / nessa matéria de trabalhos longos, / pois jamais ella está izenta delles, / nem bem acabarão elles sem ella. / Essa tença que pedes te concedo, / e tudo o que de mi mister ouveres / acharás fielmente. //</p> <p><i>Mouro</i> Así lo creo, / que tu mucho valor me lo assegura. / Alá te dé, señor, muy largos años / como los míos son, y juntamente / los bienes que fortuna me ha negado / y a ti por tu valor son tan divididos!</p> <p>Vay-se o mouro. Entra António da Sylveira.</p> <p><i>A. da Sylveira</i> Deste mouro que sae lá na cidade / ouvi cousas que devem não ser cridas. //</p> <p><i>Governador</i> Pois todas me</p>
--	--	----------------------	--	--	---

					<p>affirmou serem verdade. // <i>A. da Silveira</i> Por tais estão em Dio recebidas. // <i>Governador</i> Que neste tempo há hi tão larga idade? ...// <i>A. da Silveira</i> Monstruosidades são jamais ouvidas. / Somente tem de humana natureza / o viver sempre em miséria e pobreza." (243-244)</p>
<p>Diogo do Couto <i>Década Quinta</i> (1612)</p>	<p>"Andando o Governador já pera se embarcar, lhe trouxeram da outra banda hum homem, que se affirmava ser de trezentos trinta e cinco annos, - (...)" (124)</p>	<p>"Tinha dous filhos, hum de noventa annos, e outro de doze; e teria outros muitos que lhe morreriam." (124)</p>	<p>"Affirmava, que cinco vezes mudára os dentes velhos, e lhe nasceram novos;" (124)</p> <p>"e que outras tantas [<i>cinco</i>] lhe encanecêra a barba, e se lhe tornára a fazer preta." (124)</p>	<p>" (...) que era de meã estatura, as pernas muito arcadas, bem assombrado, de casta Bengala, Gentio de nação, mas seguia a seita de Masamede:" (124)</p>	<p>" (...) tinha naquela idade huma simplicidade espantosa, e com ella dava razão de muitas antiguidades, e alcançou ainda aquelle Reyno em poder de Gentios, pela conta que dava dos Reys Mouros, que todos nomeava com os annos que cada hum reinou. (...) O Governador folgou muito de ver aquelle homem, e lhe perguntou por muitas cousas, de que lhe elle deo razão; e antre ellas lhe disse, que todos os Reys antigos que alcançára lhe davam cada mez hum cruzado e meio de tença: que lhe pedia, que pois aquella Ilha viera a ser poder, onde elle tinha quebrada a pobre comedia, lhe fizesse mercê de lha conceder, porque sua idade já não era pera buscar o necessario pera vida. O Governador lho outorgou de muito boa vontade, mandando-lhe assentar aquelle cruzado e</p>

					meio por mez por ordinaria no Regimento daquella fortaleza, com o que o velho ficou muito contente;" (124-125)
<p>Francisco d'Andrada</p> <p><i>Crónica de Dom João III</i> (1613)</p>	<p>"este mouro de trezentos e trinta e cinco annos" (713)</p>	<p>"fazia esta novidade mais espantosa ter elle hum filho de noventa annos e outro de doze" (713)</p>	<p>"coatro ou cinco vezes lhe cairão os dentes, e lhe tornarão a nacer" (713)</p> <p>"e outras tantas a barba, acabando de ser de todo branca, se lhe tornava a fazer preta até ser de todo." (713)</p>	<p>"Este mouro era de nação Bengala, e fora ja gentio, pequeno de estatura e fraco de entendimento" (713)</p>	<p>"avia cem annos que viera para aquella cidade, onde os senhores della lhe derão sempre ajuda para sustentar a sua antiga e cansada idade, para o que o Soltão que agora fora morto lhe daa seis centos reis cada mez, e que pois elle era agora senhor daquella cidade, lhe pidia que lhe não quisesse tirar aquella esmolla de que tinha posse de cem annos. O que o governador lhe concedeo facilmente." (713)</p>

